

# Nas entrelinhas da preservação patrimonial, da memória e dos lugares

## *Between the lines of preserving heritage, memory and places*



### ***Laura de Leão Dornelles***

Doutoranda em História (Universidad Nacional de La Plata-UNLP/Argentina - CONEAU A). Mestre em História (PRCRS).

Recebido para publicação em dezembro de 2010.  
Aprovado para publicação em junho de 2011.

### **Resumo**

O presente artigo visa expor questões iniciais de pesquisa relativas aos processos de preservação do patrimônio cultural material das cidades de Porto Alegre (Rio Grande do Sul/BR) e La Plata (Buenos Aires/AR). Para tal, além da análise de legislações e de outros documentos escritos, futuramente se planeja a utilização da História Oral, vista como recurso metodológico imprescindível para aclarar lacunas deixadas pelos registros escritos, bem como para dar “voz” aos agentes históricos que possuem a vivência desses processos. A compreensão das iniciativas de preservação pode ser valiosa para o mapeamento de novas ações voltadas para a revitalização de seus patrimônios culturais-materiais.

**Palavras-chave:** patrimônio cultural, memória, preservação.

### **Abstract**

This article aims to expose some initial research questions, relating to the processes of preservation of cultural material heritage in the cities of Porto Alegre (Rio Grande do Sul/BR) and La Plata (Buenos Aires/AR). For that, besides the analysis of laws and other written documents, it is planned to use Oral History in the future, which is seen as a methodological resource to clarify gaps left by written records, and to give "voice" to the historical actors who have the experience of these processes. The understanding of conservation initiatives can be valuable for the mapping of new actions aimed at the revitalization of their cultural-material heritage.

**Keywords:** cultural heritage, memory, preservation.

## **Introdução**

O presente artigo visa expor algumas questões iniciais de pesquisa, relativas aos processos de preservação do patrimônio cultural material das cidades de Porto Alegre (Rio Grande do Sul/BR) e La Plata (Buenos Aires/AR), nas últimas três décadas, seja essa preservação dada a partir de políticas públicas ou de interesse direto das comunidades envolvidas. Para tal, além da análise de legislações e de outros documentos escritos, futuramente se planeja a utilização da História Oral, vista como recurso metodológico imprescindível para aclarar lacunas deixadas pelos registros escritos, bem como para dar “voz” aos agentes históricos que possuem a vivência desses processos.

Como suporte a uma futura pesquisa aprofundada, o artigo tratará de assuntos de cunho teórico, indispensável ao estudo em questão e terá como foco os processos de preservação do patrimônio cultural material nos municípios de Porto Alegre e La Plata. A escolha por esses municípios se justifica pelos fortes laços que possuem, já que, desde 1982, ambas se declararam “cidades irmãs” pela política internacional de irmandades. Como será visto a seguir, Porto Alegre e La Plata se encontram envolvidas com o dilema da preservação

de seus *lugares de memória*, em meio ao intenso crescimento do ramo imobiliário nas últimas três décadas.

Acredita-se que um futuro estudo comparado destas duas cidades será extremamente profícuo para salientar questões que, separadamente, poderiam não ser levadas em consideração ou ficassem obscuras. Além disso, a compreensão das iniciativas de preservação, que obtiveram resultados favoráveis ou inadequados em ambos os espaços urbanos, pode ser valiosa para o mapeamento de novas ações voltadas para a revitalização de seus patrimônios culturais materiais.

## **1 Os processos de preservação do patrimônio cultural-material em Porto Alegre/BR e La Plata/AR**

A discussão mundial sobre a preservação patrimonial de bens histórico-culturais é uma constante desde a Conferência Internacional de Atenas, em outubro de 1931. Na ocasião, foi redigida a primeira carta voltada para a preservação dos bens histórico-culturais a nível internacional. A partir da Carta de Veneza, em 1964, o conceito de patrimônio foi ampliado, concebendo obras mais modestas e populares. A Declaração de Amsterdã, em 1975, foi de suma

importância para o tema, visto que aconselhava a participação popular nos processos preservacionistas, além de implantar medidas integradas para a preservação patrimonial, delegando às prefeituras o encargo de formular meios de conservação e encontrar formas de financiá-las. Em 1977, a divulgação da Carta de Machu Picchu ainda colaborou para um olhar autóctone sobre a preservação patrimonial latinoamericana.

Os encontros internacionais, portanto, causaram reflexos na América Latina. Dadas as particularidades de cada país, a preocupação com a preservação patrimonial se deu de maneira distinta entre Brasil e Argentina.<sup>1</sup> Assim sendo, um futuro estudo comparativo entre as formas de preservação do patrimônio cultural-material, em duas capitais de Estados/Províncias de ambos os países, poderá gerar frutos produtivos para a compreensão desses processos particulares. Porto Alegre, capital do Estado brasileiro do Rio Grande do Sul, e La Plata, capital da Província argentina de Buenos Aires, possuem um forte laço de integração, já que se declararam “cidades irmãs”, em 1982, pela política internacional de irmandades.<sup>2</sup> Apesar destes laços, a história de formação dos dois municípios é distinta.

Porto Alegre foi povoada por imigrantes açorianos, em meados do século XVIII. A data oficial de fundação daquele espaço de aglomeração populacional é o dia 26 de março de 1772, com o nome de Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais. Em 1773, a capital da Província de Rio Grande de São Pedro do Sul transfere-se de Viamão para essa localidade, que passa a chamar-se Freguesia da Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre. Em 1808, eleva-se a categoria de vila e, em 1822, enfim é reconhecida como cidade.

Por sua vez, La Plata foi construída especificamente para tornar-se a capital da Província de Buenos Aires. Totalmente projetada, foi desenhada pelo engenheiro Pedro Benoit, sendo conhecida como a “cidade das diagonais”, devido ao seu característico traçado urbanístico. Em 19 de novembro de 1882, em ato público, o então governador Dardo Rocha colocou a “pedra fundamental” em uma urna enterrada no centro geográfico da cidade, hoje chamado Plaza Moreno.

No que tange a preocupação com a preservação de seus patrimônios culturais-materiais, as primeiras legislações de ambos os espaços urbanos surgiram em temporalidade próxima.<sup>3</sup> Em Porto Alegre, o Plano Diretor de Desenvolvimento

Urbano e Ambiental (PDDUA)<sup>4</sup>, de 1979, implantou medidas diretas relacionadas à preservação. A Lei Municipal 4665, também de 1979, efetivou o tombamento de bens patrimoniais na cidade, sendo que estes deveriam constar no chamado “Livro do Tombo”. Pela Portaria nº 45, de 12 de maio de 1981, criou-se a Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC), objetivando gerir as mais amplas questões que se relacionam aos bens culturais de Porto Alegre. Pouco antes, em 1976, pela Lei nº 4.139 foi criado o Conselho do Patrimônio Histórico Cultural (COMPAHC), órgão que se responsabiliza pelo assessoramento e colaboração com a Administração Municipal em todos os assuntos relacionados ao patrimônio histórico e cultural. Um ano depois, em 1977, a Lei Municipal nº 4349 instituiu o Fundo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (FUMPAHC), que viabiliza os projetos, serviços e obras de recuperação e preservação do patrimônio histórico e cultural da urbe. No ano 2008, a Lei Complementar nº 601, veio atender exigências do artigo 196 da Lei Orgânica do Município (1990) e do artigo nº 92 do novo PDDUA (1999), dispondo sobre o inventário do patrimônio cultural de bens urbanos imóveis. Em fevereiro de 2001 começou a funcionar em Porto Alegre o

Programa Federal Monumenta<sup>5</sup>, responsável por uma grande gama de restaurações em construções tombadas no município.

A legislação acerca da preservação do patrimônio cultural-material de La Plata divide-se em: normas gerais, declaratórias de bens, declaratórias de sítios e normas de espaços e seus componentes. No ano de 1982, em meio aos festejos dos cem anos da cidade, surgiu a primeira norma geral relativa à preservação patrimonial: a Ordenança nº 5338. Esta dispôs sobre as edificações anteriores a 1930, impedindo demolições, ampliações e mudanças de utilização parciais ou totais, que alterassem as principais características destes bens imóveis, sem a conformidade da Comisión de Preservación del Patrimonio Arquitectónico, Monumental y Urbanístico de La Plata (CPPAMU). Igualmente criada em 1982 e com a função de gerenciar todas as questões relativas à preservação patrimonial cultural-material da cidade, a CPPAMU mudou sua nomenclatura para Dirección de Preservación del Patrimonio Urbanístico de La Plata (DPPU), em 2004. Referente às normas do espaço público e seus componentes constantes na Ordenança nº 5338, de 1983, os impedimentos se estenderam para

propriedades municipais, áreas verdes, praças e boulevares.

Em 1999, a Fundación Centro de Estudios y Proyectos Del Ambiente (CEPA) propôs a candidatura de La Plata ao posto de Patrimônio Cultural da Humanidade, a qual foi postergada pela UNESCO, devido, dentre outras questões, às grandes modificações arquitetônicas e paisagísticas que o espaço platense sofreu nas últimas décadas. Contudo, a formulação desta proposta “[...] contribuiu para instalar um clima de debate acerca das relações possíveis entre preservação do patrimônio construído, desenvolvimento urbano e qualidade de vida”.<sup>6</sup> Neste clima, pela Ordenança Municipal nº. 9103/99 foi criada a Comisión del Sítio (CODESI), com o objetivo de aplicar o Plano de Manejo para a Conservação do Patrimônio Urbanístico e Arquitetônico de La Plata, aprovado pela Ordenança 9232/00.

Ao longo das três últimas décadas houve uma gama bastante considerável de ordenanças e disposições de bens que declararam edificações, praças, ruas, zonas, dentre outros, como patrimônios culturais materiais da cidade. Porém, a questão preservacionista não é tão simples em La Plata. Seu primeiro Código de Planejamento Urbano surgiu apenas em 2001, a partir da Ordenanza nº 9231. De

2007 até 2010 a DPPU ficou sem chefia. O atual diretor, Arturo Francisco Madina Oleastro, e sua equipe chegam ao final de 2010 tentando consolidar a legislação municipal acerca da preservação do patrimônio cultural-material, através de uma proposta de re-elaboração do planejamento de zonas específicas a serem preservadas e de níveis efetivos de preservação, não apenas do bem material em si, mas também do seu entorno.

Finalmente, vale ressaltar que tanto em Porto Alegre quanto em La Plata não é apenas do poder público que surgem as iniciativas de preservação. Em ambos os municípios existem vários agrupamentos não governamentais<sup>7</sup>, que fiscalizam de perto os órgãos públicos, mantêm-se ativos na busca por uma cidade que vise à sustentabilidade e que preserve seus espaços de memória, não cedendo aos ditames da construção civil. Estas ONGs se colocam em prol de um bom planejamento urbano de preservação, que leve em conta o resgate da cidadania dos grupos locais, respeitando a cultura e individualidade de cada comunidade.

## **2 Considerações acerca do universo teórico que engloba as entrelinhas da preservação patrimonial, da memória e dos lugares**

Inicialmente, serão tratadas três questões que merecem atenção especial, dado o intenso debate acadêmico que suscitam: o estudo da História Comparada, da História do Tempo Presente e da História Oral.

Acerca da História Comparada, as considerações de Marc Bloch, cânone da temática, continuam sendo pertinentes na atualidade: “Praticar o método comparativo é, pois, em ciências humanas [...] procurar para explicar as semelhanças e diferenças patenteadas por séries de natureza análoga, tiradas de meios sociais diferentes”.<sup>8</sup> Entretanto, identificar semelhanças e diferenças entre espaços distintos não é tarefa simples. Deborah Cohen ressalta o cuidado sobre as armadilhas do método comparativo, já que requer muita atenção para não se cair em erros de interpretações e demasiadas generalizações.<sup>9</sup> Jürgen Kocka acrescenta a atenção que o historiador deve ter ao usar esta metodologia, já que a comparação rompe continuidades, corta o enredo e interrompe o fluxo da narrativa investigativa.<sup>10</sup>

Maurice Aymard traz à tona a preocupação com os rumos que a História Comparada tomará com o crescente processo de globalização, sendo que deverá servir para a superação do

eurocentrismo, propiciando um diálogo igualitário com a história de outras civilizações.<sup>11</sup> Também, Maria Ligia Prado recomenda que o historiador deve cuidar em não importar modelos de interpretação histórica da Europa para aplicá-los no contexto latino-americano e em não transformar seu trabalho em uma “simples justaposição de relatos descritivos”.<sup>12</sup> Para Boris Fausto e Fernando Devoto, a comparação entre Brasil e Argentina é extremamente profícua, dada sua proximidade espacial e processos históricos que se desenvolveram em contexto temporal semelhante.<sup>13</sup> Todavia, os autores salientam que, na argumentação, se tem de contemplar as diversidades de cada país. Preocupação semelhante foi expressa por Charles Tilly, advertindo que “[...] a generalização deve ter uma ampla validade dentro de seu próprio âmbito histórico, mas ser ao mesmo tempo contingente”.<sup>14</sup>

A importância do estudo comparativo, por conseguinte, se coloca no sentido de visualizar processos distintos, a partir do confronto de dados, facilitando a compreensão de lacunas que poderiam passar despercebidas ou sem aparente resolução em um estudo de caso específico. Dessa maneira, espera-se que acerca de Porto Alegre e La Plata, a

comparação colabore para “[...] redesenhar as perguntas e a esboçar algumas novas hipóteses”.<sup>15</sup>

A chamada História do Tempo Presente gera acalorados debates acadêmicos. Contudo, sua importância em investigações históricas se torna cada dia mais reconhecida, já que, como ressaltaram Agnès Chaveau e Philippe Tétart, o campo histórico não deve se restringir ao passado, mas também, “[...] com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente”.<sup>16</sup> Obviamente, manter o distanciamento necessário frente a este passado/presente não é tarefa fácil. No entanto, conceber o estudo do passado distanciado como mais facilitado é um grave erro, já que não se deve incorrer à ingenuidade de vê-lo como um dado pronto, apenas à espera de sua decodificação. A história está diretamente ligada ao olhar teórico-metodológico de cada época, ou seja, ao que fazemos no presente acerca do presente e do passado.

Outra questão a se levar em conta é a opinião de muitos membros da academia de que a História do Tempo Presente se inscreveria em outros campos de trabalhos, como o da sociologia. Mas os propósitos de estudo do sociólogo e do historiador são distintos. Nos estudos referentes à urbanização, por exemplo, o sociólogo

analisa as relações contemporâneas, como os laços sociais, questões de cunho comercial, hábitos e costumes, etc. Por sua vez, o historiador delinea o trajeto das transformações e permanências ocorridas ao longo do tempo, o que possibilita um entendimento do processo histórico em questão.

O que está em pauta é como se concebe a investigação sobre o tempo presente. No atual trabalho, concorda-se com Mateus Pereira que, baseando-se nas considerações de François Dosse<sup>17</sup>, Hannah Arendt<sup>18</sup> e Luisa Passerini<sup>19</sup>, faz a seguinte colocação:

O presente não é, assim, entendido como um lugar de passagem contínua entre o antes e o depois, mas como uma lacuna, uma brecha, uma possibilidade entre o passado e o futuro. O tempo é narrado não como um *continuum*, mas como um momento em que o ser humano se encontra. Essa forma de fazer história pode contribuir para a busca de outros presentes no passado.<sup>20</sup>

A História do Tempo Presente está diretamente relacionada à possibilidade de uso da oralidade, enquanto fonte de estudo. Adentra-se, deste modo, no campo da História Oral, que foi rechaçada pelo modelo rankeano e passou por um processo de reabilitação “[...] convergente com as grandes transformações teórico-metodológicas por que passou a História no decorrer do século XX, também

representando um dos resultados das mesmas transformações”.<sup>21</sup> Para Carlo Ginzburg, “O fato de uma fonte não ser tão ‘objetiva’ (mas nem mesmo um inventário é ‘objetivo’) não significa que seja inutilizável”.<sup>22</sup> Neste sentido, a oralidade (re)estabelece seu papel como fonte de extrema importância para o conhecimento histórico das sociedades, tendo os depoimentos pessoais se convertido em documentos que possibilitam aos indivíduos exteriorizar sua visão particular acerca de suas vidas e de seu entorno.

É bastante pertinente o pensamento de Ronald Fraser, que compreende a História Oral como “[...] um método de criar novas fontes históricas, onde faltam ou são insuficientes as fontes escritas [...]”.<sup>23</sup> Sua importância, no olhar de Paul Thompson, se estende às mais variadas áreas históricas, já que “[...] transformando os ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também *mais verdadeira*”.<sup>24</sup> Haja vista que os indivíduos constroem a história e que suas vivências lhes geram memórias refletivas das interações com seu entorno, a História Oral, compreendida como metodologia, surge como um caminho que propicia ao historiador a legitimação documental de tais

lembranças, tomadas na forma de depoimentos/entrevistas. Essas narrativas permitem ao historiador compreender o lado simbólico da cultura, ou seja, o cotidiano, as sociabilidades e os conflitos do meio de vivência do depoente. Deve-se, no entanto, levar em consideração que é impossível à condição humana recordar de todos os acontecimentos vivenciados. Esta limitação da memória poderia ser um dos pontos negativos da História Oral. Porém, como salienta Fraser, as falhas da memória devem ser assumidas como parte integrante de nossos questionamentos na investigação, visto que o importante é indagar o *porquê* da existência destas falhas.<sup>25</sup>

Compondo a parte central da metodologia da História Oral, destarte, coloca-se à questão da *memória*. E a discussão acerca da memória e dos *lugares de memória* é cheia de entrelinhas. Peter Burke destaca que ao se usar termos como “memória social”, pode-se arriscar a tratar como concretos conceitos abstratos. Contudo, “[...] se nos recusarmos a usar esses termos, há o perigo de não percebermos as diferentes maneiras pelas quais as ideias dos indivíduos são influenciadas pelos grupos a que eles pertencem”.<sup>26</sup> Jacques Le Goff observa que o historiador deve buscar compreender as



“vozes” dos diferentes agentes históricos do período estudado.<sup>27</sup> Le Goff adverte que “[...] a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objetivo de poder”.<sup>28</sup> Para Michael Pollak, a dominação e o privilégio de uma concepção de tempo sobre outras, pressupõe conflitos, disputas, ganhos e perdas, que incidem diretamente na dinâmica de lembrança e esquecimento.<sup>29</sup> Tendo em vista que pode haver uma tentativa de “enquadramento”, pelo poder público, sobre quais espaços devem ser preservados como lugares de memórias comunitárias, neste estudo o uso da História Oral será imprescindível, esclarecendo prováveis tensões.

Na visão de Maurice Halbwachs, o fato de recordar está entrelaçado com a memória de vários indivíduos, o que acaba por gerar um caráter diretamente coletivo da memória. A concepção de uma memória social fortemente coletiva não impediu Halbwachs de entender que mesmo passando por experiências análogas, a memória de cada indivíduo será composta por um ponto de vista particular sobre a memória coletiva.<sup>30</sup> Pierre Nora concorda com Halbwachs acerca de “[...] que há tantas memórias como grupos existem: que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e

individualizada [enraizando-se] no concreto, no espaço, no gesto na imagem, no objeto”.<sup>31</sup> Nora nota que a aceleração das mudanças em história tem gerado uma maior preocupação com os “lugares onde a memória se cristaliza”, haja vista a dissolução das identidades que ocorre devido ao que chama mundialização, massificação, democratização ou midiaticização.<sup>32</sup> Logo, crê que “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares”<sup>33</sup>, ou seja, que se preserva para manter “viva” a memória em vias de se perder.<sup>34</sup> Consequentemente, o que chamou de *lugares de memória* seriam “[...] antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora”.<sup>35</sup> Todavia, não é por uma simples ação aleatória que um espaço é portador de uma relação identitária com sua comunidade. Para ser reconhecido como um lugar de memória, este deve estar revestido de uma “aura simbólica”.<sup>36</sup>

Os ambientes preservados podem ser vistos como *símbolos* do passado, ou seja, como uma representação daquilo que foi e não é mais, que se destaca no imaginário popular. O espaço preservado é passível de representar os interesses de determinado grupo social. Entretanto, o símbolo não se

restringe às manipulações de grupos de poder, já que a comunidade deve se projetar nele para que atinja o objetivo de representar a realidade presente/passada. Na visão de Lucian Boia a questão simbólica se coloca em um espaço-tempo flutuante, sendo algo responsável pela alteração do imaginário.<sup>37</sup> Desta maneira, o caráter simbólico tem direta relação com o *imaginário social*.

Bronislaw Backzo compreende o *imaginário* como diretamente social e coletivo.<sup>38</sup> Por conseguinte, indica que *imaginário social* age a partir de sistemas simbólicos, que se formam com base na vivência dos agentes sociais.<sup>39</sup> Para Cornelius Castoriadis, simultaneamente ao pressupor a habilidade imaginária – àquela que designa significados – o fator simbólico é utilizado pelo imaginário no sentido de se exprimir e existir.<sup>40</sup> A partir da análise da obra de renomados autores da temática do imaginário, Marisângela Martins afirma:

Tentando realizar uma síntese, podemos afirmar que o imaginário é um sistema de representações construídas coletivamente - apoiadas no já existente, ou seja, em uma ordem simbólica constituída e sancionada pela coletividade anteriormente - capazes de conferir sentido às múltiplas facetas da realidade, de dar condições para que os indivíduos identifiquem-se não somente a si próprios, mas também aos outros, de tornar possível que esses mesmos indivíduos expressem seus valores e crenças, definam seus papéis e posições no meio em que

vivem e reajam frente a conflitos. Ele é um conceito capaz de apreender, dependendo do problema de pesquisa, as representações que um dado grupo social partilha entre si e com seus diferentes, podendo atravessar obliquamente uma sociedade, mas não tendo o compromisso de ser universal, pois diferentes são as representações que os indivíduos podem elaborar e múltiplas podem ser as combinações de representações dentro de uma mesma sociedade.<sup>41</sup>

Sobre este mesmo tema, Sandra Pesavento destaca que: “Enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a um ‘outro’ ausente. O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente”.<sup>42</sup> Com base nesta asserção, pode-se aludir à conhecida obra de Carlo Ginzburg que, retomando ideias de Platão e de Aristóteles, explicita as clássicas características da representação: “Por um lado, a ‘representação’ faz-se às vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença”.<sup>43</sup> Ao se colocar no lugar do passado, o patrimônio cultural-material evoca a ausência daquilo que foi e não é mais. Simultaneamente, essa materialidade gera uma sensação atual do passado, sugerindo a presença.<sup>44</sup>

Após ponderar acerca da representação imaginária do passado, a partir da materialidade, a esta altura surge à necessidade de tratar sobre o *patrimônio*

*cultural*. Em consonância com o decorrer dos encontros internacionais, abrange-se como patrimônio cultural os bens culturais, materiais e imateriais, que se ligam à memória e à identidade das sociedades e cuja preservação é imprescindível para manutenção desta memória e identidade coletivas. Atualmente, o termo “patrimônio cultural” é o mais usado na área de preservação patrimonial, já que engloba tanto bens materiais quanto imateriais, além de ser pautado pelos referenciais culturais dos povos. Neste artigo, para deixar claro o objeto tangível de estudo, se está utilizando a terminologia *patrimônio cultural-material*. Entretanto, isso não significa que não se conceba estes espaços como repletos de imaterialidade, já que se referem diretamente ao campo do imaginário social.

A escolha daqueles patrimônios culturais-materiais que serão preservados, em detrimento de outros, é um tanto complicada. O caráter “coletivo” carrega a necessidade de que estes espaços tenham um significado importante para a memória da sua comunidade, que por sua vez é composta de uma ampla variedade de grupos, com múltiplos e, muitas vezes, destoantes interesses. Mesmo, não se pode esquecer que estes grupos e suas inter-relações estão em constante mudança. Para

Gilberto Velho, a heterogeneidade da complexa sociedade atual, que é visível no quadro das cidades, demonstra os limites e dificuldades dos processos de se preservar um patrimônio, cuja definição e escolha estão diretamente relacionadas, em algum nível, ao arbítrio do exercício de poder.<sup>45</sup>

Afinal, mas por que preservar? Simplesmente, porque não se trata de salvaguardar meros lugares de convívio e construções de cimento, vidro ou bronze. Trata-se de que estes lugares são representações da memória coletiva. É possível afirmar que a real validade de importância desses patrimônios culturais-materiais seja exatamente “seu *caráter simbólico, sua capacidade para representar simbolicamente uma identidade*”<sup>46</sup>, como escreveu Llorenç Prats. De modo bastante pertinente, Ruben Oliven ressalta que: “Identidades são construções sociais formuladas a partir de diferenças reais ou inventadas que operam como sinais diacríticos, isto é, sinais que conferem uma marca de distinção”.<sup>47</sup>

É importante estar-se ciente de que existem processos de *invenção* de identidades. Contudo, de acordo com Prats, a invenção e a construção não são antagônicas, mas fases de um mesmo processo que se complementam.<sup>48</sup> No caso do patrimônio coletivo, como

anteriormente esboçado, a invenção precisa alcançar determinado nível de consenso para conseguir se fixar como bem patrimonial daquela comunidade.

A fixação de um espaço como patrimônio cultural-material remete à reflexão acerca do significado de sua *preservação*. Segundo Ana Lúcia Meira, este termo “[...] tem uma conotação ampla, englobando ações de conhecimento, conservação, restauração, valorização e, em alguns casos, a proteção legal do patrimônio cultural que se traduz no tombamento”.<sup>49</sup> Agregue-se a esses bens a dificuldade de salvaguardar não apenas o patrimônio em si, mas também o espaço circundante, visando-se “[...] permitir uma leitura clara e autêntica do significado do monumento de referência e uma relação dialética entre este e seu espaço urbano”.<sup>50</sup>

José Frota, refletindo sobre a função do arquiteto na preservação e em projetos arquitetônicos na atualidade, apregoa que o papel deste profissional só terá validade, no contexto histórico, se conseguir resgatar o contato com o passado dialogando com a contemporaneidade.<sup>51</sup> Para Paul Ricouer, “[...] a glória da arquitetura é tornar presente não aquilo que não é mais, mas aquilo que foi e que não é mais”.<sup>52</sup> A arquitetura exprime à aura de uma época e

relaciona-se diretamente com o imaginário coletivo, cujo:

[...] o espaço receptivo e ativo implica uma releitura atenta do ambiente urbano, uma nova reaprendizagem contínua da sobreposição dos estilos e, portanto, também das histórias de vida das quais todos os edifícios e monumentos carregam traços. Fazer com que esses *traços* não sejam apenas resíduos, mas testemunhos reatualizados do passado que não é mais, mas que foi, fazer com que o ter-sido do passado seja salvo a despeito de seu não-ser-mais; isto é o que pode a ‘pedra’ que dura.<sup>53</sup>

Para se julgar a importância da preservação dessas *pedras que duram*, é imprescindível pensar sobre o ambiente e o viver urbano. São nos *espaços de vida* que se desenrolam as *histórias de vida*. Assim sendo, o espaço urbano exhibe uma amplitude de significados, que “[...] alternam a glória e a humilhação, a vida e a morte, os eventos fundadores mais violentos e a doçura de viver”.<sup>54</sup>

A urbe guarda uma série de lugares construídos em diferentes épocas, que são repletos de sentidos que simbolizam e representam o viver. Não apenas a coletividade, mas cada indivíduo leva uma marca destes espaços. Indiferentemente de serem locais ligados ao poder político ou de cunho mais popular, estes lugares coexistem e representam significados particulares daquela comunidade. Por conseguinte, como salienta Marisa Barda,

“Uma cidade nunca é igual à outra. As cidades resultam de uma infinidade de diferenças geográficas ou da tradição”,<sup>55</sup> sendo documentos da própria história cidadina, “[...] cuja leitura deve decodificar os significados das marcas impressas no espaço urbano, como uma linguagem a ser decifrada e, sempre que possível, enriquecida”.<sup>56</sup>

### Considerações finais

Ao longo do presente artigo, faltou ressaltar a questão do desenvolvimento cidadão sustentável, acerca do qual Pedro Funari e Sandra Pelegrini observam que:

[...] a reabilitação dos centros históricos, além de potencializar a *identidade coletiva* dos povos e promover a preservação de seus bens culturais – materiais e imateriais – pode contribuir para o *desenvolvimento econômico e social* e, ainda, otimizar os custos financeiros e ambientais do desenvolvimento urbano, através do aproveitamento da *infra-estrutura* de áreas centrais e do incremento da *indústria turística*.<sup>57</sup>

Tendo em vista a exposição dos autores acima, deve-se levar em conta que, além de manter “viva” a memória local, a preservação serve para o desenvolvimento sustentável das cidades, ao atrair o público turístico. Ao contrário do que pensam muitos adeptos do “progresso” urbanístico, que crêem ser melhor destruir o velho e

construir novas edificações cada vez mais proeminentes na vertical, as construções do passado também geram um desenvolvimento socioeconômico sustentável. Nada impede que exista um convívio harmônico entre as novas construções e a preservação das antigas.

No entanto, é sumamente importante salientar que, nos processos de preservação, deve haver uma harmonia entre a inclusão social, o turismo cultural e a manutenção da memória histórica, não restringindo estes processos à lógica do entretenimento e de marketing empresarial. Para François Choay, se tem de estar bastante atento aos “efeitos perversos”, que transformam o patrimônio cultural num “espetáculo de diversões”.<sup>58</sup> Uma atividade turística proveitosa para a cidade deve gerar vantagens, como emprego e renda para as populações locais, servindo como renovadora da auto-estima de seu processo histórico particular, a partir do que foi preservado. Para tal, Maria Cristina Simão destaca a participação civil e do poder público na elaboração de um planejamento eficiente, participativo e democrático, que possa controlar a atividade turística.<sup>59</sup> Com obviedade, o planejamento urbano deve ser um mecanismo de reabilitação e preservação de áreas histórico-culturais, em consonância com a “[...] manutenção

da população residente e das atividades tradicionais locais”.<sup>60</sup>

Por fim, é importante lembrar que a discussão acerca da temática da preservação do patrimônio cultural-material na área histórica é relativamente recente. Até bem pouco tempo, os estudos a este respeito estavam concentrados nas faculdades de arquitetura e urbanismo. Todavia, ao estar-se falando em *lugares de memória* é inegável que o papel do historiador seja imprescindível nestas investigações, visto que a memória é objeto *sine qua non* do fazer histórico. Inobstante, os locais preservados vão além do concreto e do estilo arquitetônico ao qual pertencem. Estes são em si mesmos espaços de memória, que carregam uma forte carga simbólica, ao representar materialmente, no presente, o passado que se foi. Finalmente, conclui-se que a preservação não “congela bens”, já que ocorre uma *reelaboração simbólica*, articulada entre a linguagem passada e contemporânea, com vistas a abrigar as práticas sociais atuais.<sup>61</sup>

---

<sup>1</sup> Na Argentina, desde a Lei Nacional de nº. 9.080/13, a preservação patrimonial se voltou mais para a proteção de bens arqueológicos e paleontológicos, devido às riquezas que o país possui nestes âmbitos. Em 1999, esta visão é claramente ampliada, a partir da Lei Nacional nº 25.197/99, que designa o universo de bens culturais de valor arqueológico, histórico, artístico, científico ou técnico excepcional, como aqueles que constituem o patrimônio cultural argentino.

---

No Brasil, o Decreto Lei Federal nº. 25/37 já instituiu o tombamento de bens de valor histórico para o país. Na década de 1980, a chamada “Lei Sarney” (Lei Federal nº 7.505/86) impulsiona preservação patrimonial, mas propicia desenfreio do desenvolvimento do marketing cultural, consolidado nos anos 90 com a “Lei Rouanet” (Decreto Federal nº. 8.313/91), a qual cria o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC). Este deveria incentivar e desenvolver projetos culturais com recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC) e do Fundo de Investimento Cultural e Artístico (FICART).

<sup>2</sup> Porto Alegre declarou La Plata como sua cidade irmã em 15/09/1982 (data de publicação no Diário Oficial, p. 20), pelo Decreto Municipal 8052, constando em processo com o nº 37.810/1982. Em ato de retribuição da gentileza prestada por Porto Alegre, que também homenageou o centenário da Fundação de La Plata, o Decreto 17063 de 19/10/1982 declara a urbe “Hermana a La Ciudad de Porto Alegre”. In.: Boletines Municipales de La Plata, nº 381 al 400, año 1982, tomo 25.

<sup>3</sup> A instauração destas legislações ocorreu enquanto Brasil e Argentina encontravam-se governados por ditadura militares. Em 1979, o Brasil vivia sua “lenta, gradual e segura” transição para a democracia. Apesar de intenso clima pela redemocratização, o país só foi ter seu primeiro presidente diretamente eleito por voto popular em 1989, Fernando Collor de Melo, após a promulgação da Constituição de 1988. Nas duas décadas seguintes, o Brasil passou por um período de consolidação política e econômica, chegando ao final dos anos 2000 com índices positivos de crescimento, que o faz integrar o grupo dos quatro países em notável ascensão econômica (BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China), além de passar de devedor ao posto de credor do Fundo Monetário Internacional (FMI). No entanto, permanece a necessidade de diminuir a desigualdade social, em modernizar o sistema de impostos, em melhorar a infra-estrutura e reduzir o “custo-Brasil”, dentre outros. Na Argentina, em 1982, durante o governo de Leopoldo Galtieri, teve início a guerra pela posse das Ilhas Malvinas contra o Reino Unido. O clima tenso da perda da guerra obrigou o governo militar a convocar eleições democráticas diretas para o país, sendo eleito Raúl Alfonsín (1983-1989). Após o decênio governativo de Carlos Saúl Menem (1989-1999), cuja primeira metade parecia de grande crescimento econômico devido à equiparação dólar-peso argentino, o país entrou em uma gravíssima crise. Posteriormente a um breve governo de Fernando de la Rúa (2000-2001) e uma delicada situação de constantes trocas de presidentes, os governos do casal Néstor (2003-

2007) e Cristina Kirchner (2007-) tentaram criar uma estabilidade político-econômica no país, que sofre com os altos índices de pobreza e com a crise mundial de 2008-2009.

<sup>4</sup> Hoje está vigente a versão reformulada do PDDUA, instaurada como Lei Complementar 434/99, de 1999.

<sup>5</sup> O Programa Monumenta foi criado em 1997, em parceria entre o Ministério da Cultura e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Foi ampliado em 1998, com o apoio da UNESCO e integrou parceria com o IPHAN, em 1999. Como objetivos do Monumenta estão previstas a preservação de áreas prioritárias do patrimônio cultural urbano e estimular ações que gerem o aumento da consciência popular sobre a importância da preservação destes ambientes, além de buscar meios de conservação e recuperação destes espaços. Ver:

<http://www.monumenta.gov.br/site>

<sup>6</sup> LIENUR, Jorge Francisco; ALIATA, Fernando. *Diccionario de Arquitectura en la Argentina*: estilos, obras, biografias, instituciones, ciudades. Buenos Aires: Clarín, 2004. p.56.

<sup>7</sup> *Em Porto Alegre*: Associação de Moradores do Centro, Associação Comunitária dos Moradores da Cidade Baixa, Associação de Moradores e Amigos do Bairro Moinhos de Vento, Associação de Moradores e Amigos do Bairro Auxiliadora, Movimento Menino Deus Vive e Movimento Petrópolis Vive, dentre outras.

*Em La Plata*: Fundación Centro de Estudios y Proyectos Del Ambiente (CEPA), Fundación Catedral, Asociación Civil Hoja de Tilo e Foro para Preservación Del Patrimonio Cultural y ambiental de La Plata (FOCALP), dentre outras.

<sup>8</sup> BLOCH, Marc. *Comparação*. In.: *História e Historiadores*. Textos reunidos por Étienne Bloch. Lisboa: Teorema, 1998. p.114.

<sup>9</sup> COHEN, Deborah. *Comparative History: Buyer Beware*. In.: *GHI Bulletin*. Nº.: 29, fall 2001. p.23-33.

<sup>10</sup> KOCKA, Jürgen. *Comparison and Beyond*. In.: *History and Theory*. Vol.42, nº.: 1, February 2003. p.39.

<sup>11</sup> AYMARD, Maurice. *Qué historia comparada hoy?* In.: BONAUDIO, M.; REGUERA, A.; ZEBERIO, B. *Las escalas de la historia comparada*. Tomo I: Dinámicas sociales, poderes políticos y sistemas jurídicos. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2008. p.13-25.

<sup>12</sup> PRADO, Maria Ligia. *Repensando a História Comparada da América Latina*. In.: *Revista de História*. Nº.: 153. USP, 2005. p.22-23.

<sup>13</sup> FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004. p.19.

<sup>14</sup> TILLY, Charles. *Grandes estructuras, procesos amplios, comparaciones enormes*. Madrid: Alianza Editorial, 1991. p.99.

<sup>15</sup> FAUSTO; DEVOTO. Op. Cit. p.25.

<sup>16</sup> CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. In: CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru/SP: EDUSC, 1999. p.15

<sup>17</sup> Referente às obras:

DOSSE, François. *Empire du Sens: L'humanisation de la sciences humaines*. Paris: La Decouvert, 1995.

\_\_\_\_\_. *Lieux, travail, devoir de mémoire chez Paul Ricoeur*. In.: \_\_\_\_\_. *Ricoeur*. Paris: Editions L'Herne, 2004. p.26.

<sup>18</sup> Referente à obra: ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

<sup>19</sup> PASSERINI, Luisa. *La “lacune” du présent*. In.: FRIDENSON, Patrick. *Histoire du temps présent et sociologie: réponse à Alain Touraine*. In.: *Écrire L'Histoire du Temps Present*. Paris: CNRS, 1991. p.35-42.

<sup>20</sup> Grifado no original. PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *A Máquina da Memória: o tempo presente entre a história e o jornalismo*. Bauru: EDUSC, 2009. p.24.

<sup>21</sup> CONSTANTINO, Núncia Maria Santoro de. *Teoria da História e Reabilitação da Oralidade: convergência de um processo*. In.: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (org.). *A Aventura (Auto)Biográfica: teoria e empiria*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p.39.

<sup>22</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.21.

<sup>23</sup> FRASER, Ronald. “*Historia Oral, Historia Social*”. In.: *Historia Social*. Nº. 17. Valencia: outono/1993. p.131.

<sup>24</sup> Grifado no original. THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992. p.137.

<sup>25</sup> *Ibid.* p.131.

<sup>26</sup> BURKE, Peter. *Variiedades da História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.72.

<sup>27</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990. p.535.

<sup>28</sup> LE GOFF, Jacques. *Memória*. In.: *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 1. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. p.46.

<sup>29</sup> POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In.: *Estudos Históricos*. Vol. 2, nº.: 3. Rio de Janeiro, 1989.

<sup>30</sup> HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. p.69.

<sup>31</sup> NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*. Nº. 10. São Paulo: PUC, dezembro de 1993. p.09.

<sup>32</sup> Ibid. p.07-08.

<sup>33</sup> Ibid. p.08.

<sup>34</sup> Ibid. p.13.

Neste ponto, é importante lembrar as considerações de Paul Ricoeur, salientando a questão do esquecimento, que caminharia em conjunto com a memória e a história. Para ele, a história possui um *dever de memória*, ou seja, de tentar transcrever e resguardar as memórias entrelaçadas.<sup>34</sup> Esclarece que o “Dever de memória significa dever de não esquecer”, mas que isso não significa ter de lembrar continuamente sofrimentos e humilhações do passado, o que poderia gerar dificuldade de ultrapassar traumas e pensar no futuro. In.: RICOEUR, Paul. *La mémoire saisie par l’histoire*. *Revista de Letras*. Universidade Estadual Paulista, vol. 43, nº.: 2, jul/dez 2003. P. 15-28.

<sup>35</sup> NORA. Op. Cit. p.12-13.

<sup>36</sup> Ibid. p.21.

<sup>37</sup> BOIA, Lucia. *Pour une histoire de l’imaginaire*.

Paris: Les Belles Lettres, 1998.

<sup>38</sup> BACZO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In.: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p.309.

<sup>39</sup> Ibid. p.311.

<sup>40</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.154.

<sup>41</sup> MARTINS, Marisângela. *Problematizando o imaginário: limites e potencialidades de um conceito em construção - O imaginário da militância comunista em Porto Alegre (1945-47)*. In.: *Labirinto - Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário*. Ano V, nº. 8. Porto Velho: julho-dezembro, 2005.

<sup>42</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário*. In.: *Revista Brasileira de História*. Vol. 15, nº.: 29. São Paulo, 1995. p.15.

<sup>43</sup> GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001. p.85.

<sup>44</sup> Para aprofundar a discussão acerca da temática da *representação*, ver:

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. In.: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: A história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p.61-79.

BOURDIEU, Pierre. *A força da representação*. In.: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996. P. 107-116.

<sup>45</sup> VELHO, Gilberto. *Patrimônio, negociação e conflito*. In.: *Mana: estudos de antropologia social*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. p.246.

<sup>46</sup> Frisado no original. PRATS, Llorenç. *Antropología y patrimonio*. 2ª Edición. Barcelona: Ariel Antropología. 2004. p.22.

<sup>47</sup> OLIVEN, Ruben George. *Nação e Memória*. In.: *Memória e Cultura: Perspectivas transdisciplinares*. Série Memória e Patrimônio 1 da UNILASALLE. Canoas: Salles Editora, 2009. p.112.

<sup>48</sup> PRATS. Op. Cit. p.20-21.

<sup>49</sup> MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. *O patrimônio cultural e a preservação*. In: *Pesquisarq: revista da biblioteca da Faculdade de Arquitetura da UFRGS*. Vol. 3, nº.1. Porto Alegre, dez.2001. p.134.

<sup>50</sup> MANAVELLA, Aníbal. *O Plano de Gestão de usos públicos e privados nas áreas de amortecimento de bens culturais urbanos como recurso identitário para a conservação da memória coletiva*. In.: FRANÇA, Maria Cristina C.de C.; LOPES, Cicero Galeno; BERN, Zilá. *Patrimônios Memoriais: Identidades, práticas sociais e cibercultura*. Canoas/Porto Alegre: UNILASALLE/Editora Movimento, 2010. p.118.

<sup>51</sup> FROTA, José Artur D’Aló. *Re-arquiteturas: o passado no presente: um caminho para preservação e contemporaneidade*. In: III Seminário Internacional Patrimônio e Cidade Contemporânea: políticas, práticas e novos protagonistas. [Trabalhos apresentados]. Salvador, 2002. p.2.

<sup>52</sup> RICOEUR, Paul. *Arquitetura e Narratividade*. In.: *Urbanisme*. Nº.: 303, Nov/dez 1998. p.44.

<sup>53</sup> Ibid. p.52.

<sup>54</sup> Ibid. p.47.

<sup>55</sup> BARDA, Marisa. *Porque Conservar? Ações de restauro e revitalização não devem se limitar a monumentos e edifícios históricos. Construções vernaculares e instalações industriais e de serviços que servem de referência para a cidade também devem ser preservadas*. In.: *Revista AU*. <http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/163/imprime63526.asp>

<sup>56</sup> MELO, Denise Madsen. *Patrimônio e Planejamento Urbano*. In.: *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*. Vol. 6, n. 6. Belo Horizonte: PUC/MG, dez. 1998. p.38.

<sup>57</sup> Grifo meu. FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. p.29.

<sup>58</sup> FRANÇOIS, Choay. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP, 2001. p.211, 216 e 225-226.

<sup>59</sup> SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.74.



---

<sup>60</sup> MELO, Denise Madsen. *Patrimônio e Planejamento Urbano*. In.: *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*. Vol. 6, n. 6. Belo Horizonte: PUC/MG, dez. 1998. p.35.

<sup>61</sup> *Ibid.* p.33.